

Procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 2 (dois) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Cascais para a carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de Licenciatura em Arquitetura e inscrição como membro efetivo da Ordem dos Arquitetos (CNAEF 581), para exercício de funções na Divisão de Centros Históricos (DICH) e na Unidade de Avaliação de Projetos e Loteamentos (UAPL)

ATA N.º 4

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 11h53, reuniu, através de meios telemáticos, o Júri do procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 2 (dois) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Cascais para a carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de Licenciatura em Arquitetura e inscrição como membro efetivo da Ordem dos Arquitetos (CNAEF 581), para exercício de funções na Divisão de Centros Históricos (DICH) e na Unidade de Avaliação de Projetos e Loteamentos (UAPL), aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 11 de fevereiro de 2025, que recaiu sobre a proposta n.º 127-2025 [DRH], e publicado sob o Aviso n.º 16613/2025/2, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 127, e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta n.º OE202507/0199, ambos de 04 de julho de 2025.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente do júri: Ana Pita Barros, Diretora do Departamento de Licenciamento Urbanístico.

Vogal Efetivo:

1.º Vogal Efetivo: João Dantas, Chefe da Divisão de Centros Históricos;

Vogal Suplente:

2.ª Vogal Suplente: Luísa Andrade, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade.

A reunião do Júri teve como finalidade deliberar sobre os seguintes assuntos, que constituíram a sua ordem de trabalhos:

- I. Graduação e divulgação dos resultados do método de seleção "Prova de Conhecimentos".
- II. Modo de notificação dos candidatos admitidos para o segundo método de seleção obrigatório: Avaliação Psicológica.
 1. Relativamente ao **ponto I.** da ordem de trabalhos, a reunião do Júri teve por objeto deliberar sobre a graduação e divulgação dos resultados da aplicação do primeiro método de seleção obrigatório, a prova escrita de conhecimentos, tal como previsto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de junho, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de

recrutamento, doravante designada por "Portaria", a qual teve lugar no passado dia 26 de novembro.

2. A prova escrita de conhecimentos foi avaliada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 21.º da Portaria.
3. Nessa sequência, foi elaborada a lista correspondente ao anexo I, que, para os devidos efeitos, faz parte integrante da presente Ata, e no qual se encontram devidamente discriminadas as classificações obtidas pelos candidatos que se apresentaram à prova escrita de conhecimentos, bem como a menção aos demais candidatos que não se fizeram comparecer.
4. Neste seguimento o candidato **Francisco José Piçarra Viana Ganhão**, comunicou a desistência do processo de recrutamento por e-mail no passado dia 12 de novembro. Procedeu-se, assim, ao registo formal da sua decisão e à atualização do estado da candidatura, motivo pelo qual se considera excluído do presente procedimento concursal.
5. Seguidamente a candidata **Joana Isabel de Bastos Fernandes**, informou-nos por e-mail no dia 24 de novembro, dando conta da sua desistência, assim sendo efetuámos o registo formal da sua decisão e procedemos a atualização do estado da candidatura, motivo pela qual se considera excluída do presente procedimento concursal.
6. Atento o facto de cada um dos métodos de seleção e respetivas fases que os comportam assumirem carácter eliminatório, de acordo com o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do aludido diploma legal, e tendo presente o vertido nos pontos 11.4 e 13 do Aviso publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta OE202507/0199, ambos de 04 de julho de 2025, o Júri deliberou, unanimemente, considerar, desde logo, não aprovados, e, por conseguinte, excluídos, não sendo, nesta medida, elegíveis para efeitos de aplicação do método de seleção seguinte, os candidatos que obtiveram uma valoração inferior a 9,5 valores ou que não compareceram à Prova escrita de Conhecimentos.
7. Tendo comparecido 16 (dezassexes) dos 32 (trinta e dois) candidatos admitidos à aplicação do método de seleção Prova de Conhecimentos, somente os que obtiveram uma classificação superior a 9,5 valores serão convocados para o segundo método de seleção a aplicar, *in casu*, a Avaliação Psicológica.
8. Assim, face ao supra exposto, e relativamente ao **ponto II.** da ordem de trabalhos, Júri determinou, seguidamente, dar início às diligências tendentes à aplicação do segundo método de seleção obrigatório, a avaliação psicológica.
9. De harmonia com o preceituado no n.º 2 do artigo 17.º da Portaria, a avaliação psicológica dos candidatos é realizada, preferencialmente, pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). No entanto, o número 3 do mesmo artigo ressalva a possibilidade de este método de seleção ser aplicado pela entidade empregadora pública responsável pelo

recrutamento, com recurso aos seus próprios técnicos que detenham habilitação académica e formação adequadas ou através de entidade especializada, quando, fundamentadamente, se revele inviável a aplicação do método pela enunciada Direção-Geral.

10. Ora, uma vez que este Município não dispõe, no momento, de uma equipa de técnicos, com formação especializada nesta área de atuação, disponível para levar a efeito esta tarefa, deliberou este Júri, ao abrigo da faculdade que lhe foi conferida no n.º 3 do artigo 9.º da Portaria, solicitar a autorização do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para recorrer aos serviços da DGAEP para aplicação do aludido método de seleção ou, em alternativa, caso este organismo público não apresente disponibilidade, a uma entidade privada para o efeito.
11. Por último, e para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do mesmo diploma, foi determinada a remessa dos referidos anexos para afixação em local público e publicitação na Plataforma de Recrutamento do Município de Cascais, em <https://recrutamento.cascais.pt/>.
12. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas 12h30, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri

Presidente

1.º Vogal Efetivo

2.ª Vogal Suplente